

3. ASPECTOS LEGAIS DO EMPREENDIMENTO

3.1. ANUÊNCIA MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Icapuí concedeu a Vale S.A. a anuência para fins de Licenciamento Ambiental do **COMPLEXO EÓLICO SANTO INÁCIO**. Este é um documento indispensável na fase prévia de licenciamento. O documento encontra-se anexo ao processo de licenciamento ambiental junto a SEMACE.

3.2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Com o intuito de obter o licenciamento ambiental para a geração de energia eólica na área pleiteada, em 31.05.2012 o processo de licenciamento prévio do **COMPLEXO EÓLICO SANTO INÁCIO** (Processo SPU Nº. 12604481-3) foi instruído com toda a documentação estabelecida na Resolução Nº. 237, de 19 de dezembro 1997.

Em 14 de junho de 2012 a SEMACE emitiu o Termo de Referência Nº 651/2012 – DICOP/GECON que estabelece as diretrizes e normas a serem adotadas na elaboração do EIA/RIMA para complexo eólico.

3.3. UTILIDADE PÚBLICA DA ATIVIDADE

A geração de energia é uma atividade caracterizada como de utilidade pública, sendo dotada de prerrogativas especiais dispostas na própria legislação ambiental.

O **COMPLEXO EÓLICO SANTO INÁCIO** está concebido para disponibilizar energia ao Sistema Interligado Nacional - SIN, o que demonstra de forma inequívoca sua utilidade pública.

3.4. USO DOS TERRENOS

O projeto ocupará 15 (quinze) imóveis rurais particulares que foram arrendados integralmente ou em parte para implantação do empreendimento.

3.5. RESERVA LEGAL

O que é Reserva Legal?

É a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (Lei Nº. 12.651/2012).

Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, que para a região onde localiza-se o empreendimento deverá um percentual mínimo de 20% em relação à área do imóvel.

A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

Considerando que os imóveis onde se situa o **COMPLEXO EÓLICO SANTO INÁCIO** localizam-se na Zona Rural do município de Icapuí, suas Reservas Legais deverão ser averbadas.

3.6. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O que é Unidade de Conservação?

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei Nº. 9.958/2000).

As unidades de conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas: as Unidades de Proteção Integral, que tem como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em Lei; e as Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Não existem na área de influência do empreendimento, Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Na área de influência indireta do empreendimento existem duas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, denominadas Área de Proteção Ambiental (APA) do Manguezal da Barra Grande e Área de Proteção Ambiental (APA) da Praia da Ponta Grossa.

Unidades de Conservação Existentes na Área de Influência Indireta do Projeto

Unidade de Conservação	Decreto de Criação	Área (ha)
Área de Proteção Ambiental do Manguezal da Barra Grande	Lei Municipal N° 298, de 12 de maio de 2000	1.260,31
Área de Proteção Ambiental da Praia da Ponta Grossa	Lei Municipal N° 262 de 1998	558,67

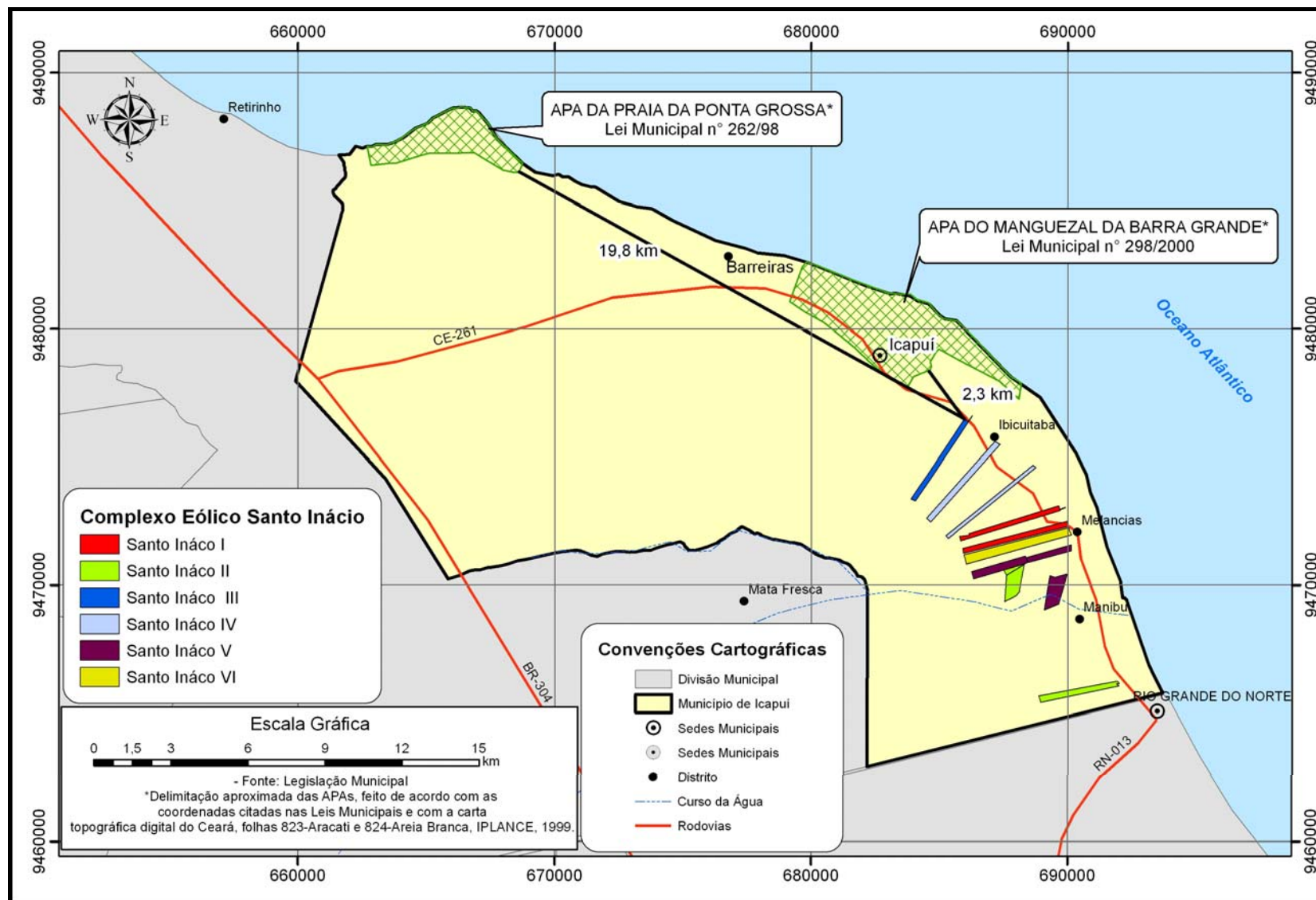
As citadas APAs localizam-se respectivamente a 2,3 e 19,8 km da área de implantação do empreendimento.

Considerando que o empreendimento não encontra-se inserido nos limites das unidades de conservação existentes na região e considerando que as Áreas de Proteção Ambiental são categorias de unidades de conservação que não possuem Zona de Amortecimento (Art. 25, Lei N° 9.985/2000), não se faz necessária a autorização dos órgãos responsáveis pela administração da APA do Manguezal da Barra Grande e da APA da Praia da Ponta Grossa, para o licenciamento ambiental do empreendimento, conforme disposições da Resolução CONAMA N° 428/2010.

O que é Zona de Amortecimento?

É o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas à normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Localização da Área do Empreendimento em Relação às Unidades de Conservação da Região



3.7. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

O que é APP?

Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas (Lei N°. 12.651/2012).

De acordo com os levantamentos realizados em campo e tomando-se por base a Lei N°. 12.651/2012 e a Medida Provisória N°. 571/2012, na área de implantação do **COMPLEXO EÓLICO SANTO INÁCIO** existem as seguintes áreas de preservação permanente:

- Faixa marginal do rio Arrombado, com 200,0 metros de largura em projeção horizontal na área do **SANTO INÁCIO II** e **SANTO INÁCIO V**;
- Faixa marginal com 50,0 metros de largura das lagoas com superfície superior a 1 hectare presentes nos **SANTO INÁCIO II**, **SANTO INÁCIO III** e **SANTO INÁCIO V**;
- Setores de dunas no **SANTO INÁCIO II**, **SANTO INÁCIO III** e **SANTO INÁCIO IV**.



Lagoa encontrada na área do empreendimento.



Dunas fixas (semi-fixas).

3.8. ÁREAS NÃO EDIFICÁVEIS

O que são Áreas Não Edificáveis?

São aquelas onde não é permitido construir, legalizar ou realizar qualquer tipo de intervenção.

Segundo a Lei Municipal Nº. 540/2010, as áreas de grande concentração de coqueiros (*Cocos nucifera*) e carnaúbas (*Copernicia prunifera*) e os locais alagadiços e de refúgio ou reprodução de aves migratórias ou nativas são áreas Não Edificáveis e de Relevante Interesse Ecológico, Ambiental e Paisagístico.

Desta forma na área do empreendimento têm-se como áreas não edificáveis:

- Carnaubais encontrados na área do **SANTO INÁCIO II e SANTO INÁCIO V**;
- Alagadiços encontrados na área do **SANTO INÁCIO V**.

Os carnaubais e alagadiços encontrados nos terrenos são integralmente preservados no projeto proposto para o complexo eólico.



Carnaubal existente na área do Santo Inácio V.